



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS

FABIO RODRIGUES PEREIRA¹

Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES
fabiorp7@hotmail.com

Introdução

A questão da acessibilidade na escola, muitas vezes negada em algumas instituições, é direito básico garantido pela Constituição brasileira (BRASIL, 1988), a todos os estudantes e reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). No caso do aluno surdo, esse é realmente um grande problema em diversas instituições de ensino que não estão estruturadas para oferecer a acessibilidade necessária a esse estudante. Quando abordamos a questão da acessibilidade me refiro aqui à questão linguística.

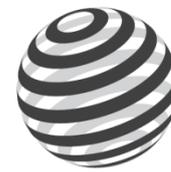
Com a aprovação da Lei Federal 10.436 (BRASIL, 2002), de 24 de abril de 2002, que reconhece Libras como língua oficial do país, a visibilidade da questão linguística e a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ganharam destaque. Porém, ainda existem barreiras nesse processo educacional referentes, por exemplo, à produção de materiais educacionais que contemplem as duas línguas e, portanto, possibilitem maior autonomia ao aluno surdo.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), local do meu trabalho, é uma instituição fundada em 1857 (ROCHA, 2008, p. 31), sendo uma escola exclusivamente para alunos surdos, que, desde sua fundação atende a famílias pobres, segundo Huet², “sem condições de arcar com as despesas relativas à educação” (ROCHA, 2008, p.28). Mesmo com diferentes gradações de surdez³, é um lugar de pertencimento desse grupo de estudantes. Segundo Ésdra & Galasso, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), divide em duas categorias as gradações de surdez, que são o deficiente auditivo e o surdo. Assim, temos o deficiente auditivo, com surdez leve, ou seja, o indivíduo que apresenta perda auditiva de até 40 decibéis e o deficiente auditivo, com surdez moderada, cujo indivíduo

¹ Professor de Geografia no Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES.

² E. Huet, professor francês, diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Bourges, que ficou surdo aos 12 anos de idade depois de contrair sarampo, foi o responsável pela criação de uma escola para surdos no Brasil. Foi Huet o idealizador do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (ROCHA, 2008, p.28).

³ O decreto nº 5.626 de 2005 em seu artigo 2º, considera pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais, Libras, e em seu parágrafo único, considera deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005).



apresenta perda auditiva entre 40 e 60 decibéis. A pessoa surda, com surdez severa, que apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis e o surdo, com surdez profunda, em que o indivíduo apresenta perda auditiva superior a 90 decibéis (ESDRAS & GALASSO, 2018, p. 9/10).

O Brasil tinha, segundo o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 9.717.318 pessoas com alguma deficiência auditiva, ou seja, 5,1% da população (IBGE, 2010, p.76). A maior parte delas nas camadas mais pobres da população, que, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, do IBGE, estão representadas por pessoas que apresentam menor nível de instrução. Além disso, a pesquisa traz dados que mostram que a grande maioria das deficiências auditivas no país é resultado de doença ou acidente (IBGE, 2013, p. 27). Assim, é possível ressaltar a importância da educação pública com qualidade e com a garantia de acessibilidade para essa grande parcela da população.

O INES: uma Escola para Alunos Surdos

No INES, as turmas são muito heterogêneas. Nelas, temos estudantes com idades muito diferentes, além de diferenças no nível de compreensão das duas línguas, Português e Libras. Alunos que ingressaram no Instituto e nunca tiveram contato com a língua de sinais e alunos que estão na escola e têm grandes dificuldades com a língua portuguesa. Alguns desses alunos só utilizam a língua de sinais, outros sabem Libras e oralizam um pouco e alguns só conseguem oralizar. Ou seja, alunos muito diferentes entre si dentro de uma escola para surdos. O INES é uma escola bilíngue⁴, onde Libras é a L1 e, o Português a L2⁵, ou seja, uma escola voltada para o ensino de alunos surdos.

O trabalho realizado no INES, assim como em todas as demais escolas, deve passar por um processo que busque incessantemente a inclusão de todos os envolvidos no processo educativo, ou seja, que respeite o multiculturalismo existente em cada contexto de ensino. Isso é significativo para o desenvolvimento de práticas que garantam a todos um papel central no processo de ensino-aprendizagem. Assim como acontece em escolas de alunos ouvintes, temos, no INES, uma grande heterogeneidade na composição das diversas turmas da escola. Esse caráter heterogêneo se configura de diferentes formas e em diversos níveis, que vão desde o processo de domínio da língua portuguesa e da Libras até a inclusão de alunos com múltiplas deficiências.

Diante disso, cabe salientar a constante necessidade da utilização de recursos visuais e de outras alternativas pedagógicas como parte integrante do processo ensino-aprendizagem. A vivência, com alunos surdos, foi determinante para que meu olhar sobre todo o processo escolar mudasse. A percepção da necessidade de trilhar outros caminhos ampliou minha curiosidade sobre questões que já permeavam meu trabalho. Uma delas, de

⁴ “Educação bilíngue envolve, pelo menos, duas línguas no contexto educacional [...] Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a coexistir no espaço escolar, além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções que cada língua irá representar no ambiente escolar” (QUADROS, 2006, p. 19).

⁵ A L1, Libras, no caso dos alunos surdos, é a chamada primeira língua, ou seja, sua língua materna ou “natural”. Já a L2, o português em sua modalidade escrita, é a segunda língua na escola. O processo de aquisição da linguagem em crianças surdas filhas de pais surdos aponta a necessidade do contato precoce com a Libras para o desenvolvimento da língua em condições iguais às que crianças ouvintes têm a uma língua oral - auditiva, um privilégio para poucos. “Privilégio porque representam apenas 5% das crianças surdas, ou seja, 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes e que, portanto, na maioria dos casos, não dominam uma língua de sinais” (QUADROS, 2006, p. 19/20). Portanto, a maioria dos surdos, no Brasil, não tem as condições ideais para o desenvolvimento natural, espontâneo, da língua materna.



que maneira a construção cinematográfica, que ao possibilitar ver, interpretar, compreender e realizar pode ajudar no permanente processo de ensino-aprendizagem.

O Ensino de Geografia para Alunos Surdos

Dentro desta perspectiva, do uso do audiovisual para o ensino de Geografia, Gesser (2009) defende que o audiovisual pode favorecer domínios comunicativos, emocionais e sensoriais do aluno surdo, podendo auxiliar e ampliar oportunidades de aprendizado para este aluno, que possui disponibilidade restrita de materiais didáticos em Libras e, desta forma, os filmes poderiam ampliar essas possibilidades.

Tenho tentado, assim, pensar, criar e apontar estratégias que possam auxiliar o processo de ensino-aprendizagem através de recursos imagéticos, no caso, o cinema como recurso didático para o ensino de Geografia. Esse ensino para o aluno surdo deve utilizar a maior gama de recursos possíveis, justamente por conta de suas especificidades. Logo, tais materiais ampliam as possibilidades de interação entre o aluno surdo e o professor e entre o aluno surdo e o próprio material. Além disso, é possível refletir e debater o processo educativo como um todo, já que, assim como nas escolas regulares, o INES, escola somente para alunos surdos, reproduz a mesma estrutura pedagógica à semelhança do que é empregado nessas outras escolas. Isso pode ser verificado, por exemplo, no que diz respeito ao conhecimento compartimentado com as diversas disciplinas isoladas e o domínio reprodutivo de conteúdo.

Conhecimento e aprendizagem são atividades humanas que expressam processos não lineares, conhecimento e aprendizagem são fenômenos tipicamente complexos (DEMO 2002). Ou seja, se a escola não leva em consideração essa complexidade e aposta num processo retilíneo de aprendizagem em que o professor fala, o aluno escreve e devolve a prova, ela é, em suma, uma escola reprodutiva. “A escola reprodutiva considera o conhecimento um processo linear, por isso aposta em sua simples transmissão” (DEMO, 2002, p. 124).

Cabe ao professor um papel extremamente importante neste contexto: o de “uma reflexão crítica sobre sua prática” (FREIRE, 2002, p. 12), já que seu papel passa a ser fundamental na chamada “sociedade do conhecimento”. É preciso ressaltar que o processo de aprendizagem necessita dos conhecimentos e de alunos:

ela não se faz sem pessoas e uma referência às suas subjetividades, sem referências aos seus contextos sociais, suas sociabilidades. Mas ela também não se faz sem conhecimentos e sem a aprendizagem desses conhecimentos, sem o domínio das ferramentas do saber que são essenciais para as sociedades do século XXI (NÓVOA, 2007, p. 6-7).

Diante desse quadro bastante complexo em que a igualdade e as diferenças caminham conjuntamente no espaço escolar é preciso refletir de que forma devemos e podemos abordar, tratar e “trabalhar a igualdade na diferença” (CANDAU, 2008). O cinema, como elemento inspirador, pode cumprir um papel relevante na aproximação, construção e/ou mediação dessas diferenças já que consegue, de maneiras distintas, atingir a todos. É o que afirma Migliorin, segundo o qual:

No nosso entender, o cinema, e todo seu entorno é um espaço privilegiado para esse tipo de encontro e para esse tipo de experiência. Encontro em que um indivíduo qualquer, vindo de qualquer lugar, pode sentir e fruir com o outro na imagem, com o



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

outro da sala e com os múltiplos outros que o habitam, em uma experiência na qual a sua própria fruição já é um tipo de criação (MIGLIORIN, 2010, p. 109).

Cabe ao professor, procurar por diversos meios, recursos e possibilidades, para dialogar com estas múltiplas diferenças, buscando proporcionar um sentimento de pertencimento, assim como a multiplicação dos diversos conhecimentos que podem e devem fazer parte do cotidiano escolar, a todos os seus alunos. Para tal, é necessário compreender os diversos aspectos que envolvem as diferenças, mesmo que, aparentemente, pareçam possuir caráter homogêneo. Numa instituição, como o INES, essa aparente homogeneidade não deve nos levar a crer em uma única possibilidade no processo de ensino-aprendizagem, e sim em uma ampliação das práticas educativas.

O debate sobre as formas de abordagem e tratamento destas diferenças se configura como de grande relevância dentro deste contexto no qual a homogeneidade é apenas aparente. Temos que procurar estabelecer princípios da diferença já que, em qualquer lugar, e em especial dentro de uma instituição de ensino, mesmo que só para alunos surdos, caracterizada por uma suposta homogeneidade, a diferença existe e deve ser encarada visando respeitar as identidades de seus integrantes, em nosso caso, dos alunos.

O surdo tem uma língua predominantemente visual, portanto, a necessidade da produção do material didático em Libras é fundamental para podermos aprofundar a comunicação e possibilitar uma identificação com o conteúdo da disciplina. A produção do material didático na língua de sinais não pode ser vista meramente como uma “tradução” do conteúdo existente no livro de Geografia em português. É, na verdade, um “novo” conteúdo, em que o indivíduo surdo é o objeto e se reconhece, se empoderando. Não se trata aqui da mudança de conceitos ou até da “adaptação” de temas presentes no currículo de Geografia e, sim, da ampliação das possibilidades de ensino da disciplina (PEREIRA e ARRUDA, 2016).

Mesmo com a utilização de Libras em sala de aula, muitos desafios se apresentam para um professor, que ainda não possui a fluência desejada da língua. Assim, com o apoio de outros professores do instituto, inclusive aqueles que são surdos, pude perceber a importância da utilização das imagens como ferramenta relevante neste processo bastante complexo que é o ensino de Geografia para alunos surdos. Com isso em mente, antes de ministrar qualquer aula passei a pensar e formatar os conteúdos a serem trabalhados com base em imagens.

As aulas, todas em slides, incluem diversos recursos gráficos e visuais, com pequenas frases em português e muitas imagens que auxiliam e dão suporte à explicação de um determinado conceito. Esse material foi sendo criado durante estes anos de trabalho no INES, estando sempre de acordo com as necessidades impostas pelas trocas diárias entre os discentes e o docente e, por esse motivo, sujeito a mudanças diárias. Isso se deve, principalmente, à parca oferta de material didático específico para surdos, aumentando as dificuldades já relatadas anteriormente.

Em Geografia, muitos conceitos não possuem um sinal em Libras. Para que pudesse abordar questões como densidade demográfica, desigualdade social, entre (muitos) outros conceitos, foi necessário que recorresse a imagens como recursos didáticos que se mostravam imprescindíveis para que os alunos conseguissem apreender minimamente seus sentidos. Portanto, é possível compreender o papel de destaque da imagem neste processo, auxiliando e motivando trocas entre os envolvidos.



A importância de uma educação bilíngue, já destacada aqui, assim como a fundamental complementação de materiais didáticos, no caso da Geografia, produzidos em Libras, são fatores de grande importância na educação de alunos surdos (ARRUDA, 2015). Esta necessidade, do material didático em Libras, não diminui a necessidade de práticas diferenciadas na educação de surdos que auxiliem na percepção de conceitos geográficos. Minha prática, na Escola de Cinema do INES, ajudou a observar o cinema como atividade escolar que apresentava recursos que poderiam ser utilizados e incorporados a esse processo de ensino dos surdos.

A utilização de pequenos filmes de animação em sala abriu muitas possibilidades que me permitiram imaginar viabilidades amplificadas. Filmes sem diálogos e sem legendas pareceram motivadores e suscitaram dúvidas e questionamentos até então não observados.

Conclusão

O cinema, portanto, poderia ter um papel central no processo educativo, particularmente, no ensino de Geografia, por seu caráter universal, constituindo o que Morin (2014, p.233) nomeia como “Um esperanto natural”, capaz de ser compreendido por qualquer pessoa, de qualquer idade, em qualquer lugar do planeta. Sendo assim, dentro de um contexto multicultural e, ao mesmo tempo, particular, como em uma escola de alunos surdos, o cinema poderia vir a representar mais que uma possibilidade, uma realidade necessária ao complexo processo ensino-aprendizagem, pois, o cinema, parte de um campo, por vezes real, por outras, abstrato, que povoa o imaginário coletivo, talvez seja capaz de atrair e colocar no centro deste processo tão complexo, como o é do ensino-aprendizagem, o aluno.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Guilherme B., **Material didático de Geografia para surdos em uma perspectiva bilíngue**. 2015. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 02 abril 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 02 abril 2019.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 02 abril 2019.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em 07 abril 2019.

CANAU, Vera. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v.13, n.37, p.45-56, jan./abr. 2008.

DEMO, Pedro, **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento.



São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

ESDRAS, Dirceu; GALASSO, Bruno. **A escolarização de estudantes surdos no Brasil: educação básica**. Rio de Janeiro: INES, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo: Paz e Terra Ed., 25ª Ed., 2002.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da linguagem de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 09 Abr 2019.

_____. **Pesquisa nacional de saúde: 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes Regiões**, Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: 09 Abr 2019.

MIGLIORIN, Cezar. Cinema e Escola, sob o risco da democracia, **Revista Contemporânea de Educação**. V.5, Nº.9, Rio de Janeiro, 2010. 7 p. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1604>>. Acesso em: 28/10/2017.

MORIN, Edgar. **O Cinema ou O Homem Imaginário**. Ensaio de Antropologia Sociológica. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: SINPRO-SP, 2007.

PEREIRA, Fabio R.; ARRUDA, Guilherme B., **Material Didático no Ensino de Geografia para Surdos**, Revista Giramundo, Rio de Janeiro, V.3, N.5, P.103-110, Jan. / Jun. 2016.

QUADROS, Ronice Muller. **Idéias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.